

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/3376	4933/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DAAC - DIVISÃO DE AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Atendendo às competências previstas nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o Executivo Municipal aprove a celebração do Protocolo C.E.D. em anexo, com a seguinte Associação de Proteção Animal sediada e com atuação no Município de Braga.

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Alvaro Bernardo Lemos Bessa (1 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data da assinatura: 03/02/2025
HASH: 4c0c92eca51ba8a18d7a0c5eeeb89a8f



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Presidente da Câmara Municipal
Data da assinatura: 03/02/2025
HASH: 225729b0a31c3724ea3d79372833955



PROPOSTA

O Município de Braga, no âmbito de uma estratégia integrada em termos de política animal, tem promovido toda uma série de ações de proteção animal.

Dos vários projetos desenvolvidos, sublinha-se, particularmente, o sucesso do programa de captura, esterilização e devolução para gatos (Programa CED), programa este protocolado com associações de proteção animal.

Assim, no quadro atual, entende-se fundamental continuar a prosseguir medidas de controlo da população de felídeos.

POIS BEM,

CONSIDERANDO QUE:

1. O Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o qual consagra as medidas complementares das disposições da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, no respetivo artigo 21.º, sob a epígrafe «Controlo da reprodução pelas câmaras municipais», estabelece que “as câmaras municipais podem, sempre que necessário e sob a responsabilidade do médico veterinário municipal, incentivar e promover o controlo da reprodução de animais de companhia, nomeadamente de cães e gatos vadios ou errantes, o qual deve ser efetuado por métodos contraceptivos que garantam o mínimo sofrimento dos animais”;

2. Além disso, nos termos do disposto no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, referente ao «Controlo da reprodução pelo



detentor», “o detentor de um animal de companhia que pretenda controlar a reprodução do mesmo deve fazê-lo de acordo com as orientações de um médico veterinário, salvaguardando sempre o mínimo sofrimento do animal”, revelando-se essencial a sensibilização e o esclarecimento dos detentores de animais de companhia para a questão do controlo da reprodução dos mesmos, designadamente no que diz respeito à sua esterilização;

3. A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, e determina a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização, no seu artigo 2.º – relativo aos «Deveres do Estado» –, n.º 3, prescreve que “os organismos da administração central do Estado responsáveis pela proteção, bem-estar e sanidade animal, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais de ambiente e de proteção animal, promovem campanhas de esterilização de animais errantes e de adoção de animais abandonados”, esterilização que é o método privilegiado de controlo da população animal;

4. Ademais, a Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixa as normas que regulam o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas para o controlo de animais errantes, no artigo 8.º, respeitante à «Esterilização de animais», estatui que as câmaras municipais, com a colaboração da administração direta do Estado, devem promover ações de sensibilização da população para os benefícios da esterilização de animais não destinados à criação e, sempre que possível, campanhas de esterilização, podendo as ações e campanhas



incluir também a colaboração do movimento associativo e das organizações não-governamentais de ambiente e de proteção animal;

5. No âmbito das políticas de bem-estar animal, o Município de Braga tem apoiado diversas ações de proteção animal, empenhando-se na implementação e desenvolvimento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução (Programa CED) de animais errantes a fim de permitir um controlo da população de felinos no concelho de Braga;

6. As Associações Zoófilas que acompanham e monitorizam as colónias de gatos são parceiras fundamentais na execução do programa CED, pelo que se impõe a celebração do protocolo que se anexa;

7. O Município de Braga, de harmonia com as atribuições e competências que lhe estão cometidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que prevê o Regime Jurídico das Autarquias Locais, está plenamente comprometido com as questões da proteção, saúde e bem-estar animal;

ASSIM,

Atendendo às competências previstas nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o Executivo Municipal aprove a celebração do Protocolo C.E.D. em anexo, com a seguinte Associação de Proteção Animal sediada e com atuação no Município de Braga.

**O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, COM A ÁREA DE
RESPONSABILIDADE DA POLÍTICA ANIMAL**



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos.

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

Considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;

2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos, mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação e desenvolvimento de programas CED, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou a dia 20 de abril de 2018, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário

Neste sentido, é livremente e de boa-fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo

Vereador com a área de responsabilidade da Política Animal, Eng. ALTINO BESSA, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por Município,

E a

MIA CASA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL, com sede na Rua António Fernandes Ferreira Gomes, n.º 49, 4.º andar direito, da União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, 4705-157 Braga, pessoa coletiva nº 518 495 159, representada pela sua Presidente da Direção, Alexandra Barbosa da Silva, NIF 275 473 740, doravante designada por **Associação**,

O qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa do Município, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados, em articulação com a Associação de Proteção Animal;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1. A associação compromete-se a apoiar o município na implementação e desenvolvimento do projeto CED.
- 2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:
 - a) Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são

responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;

- b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
- c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
- d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
- e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
- f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
- g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
- h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

4. O Município de Braga assume a responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros pelos animais felídeos errantes e silvestres, que se encontrem microchipados em nome da Associação, em momento anterior à data do sinistro.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a) Atribuir uma verba única de €1.000,00 (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b) Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de €5.000,00(cinco mil euros);
2. O valor referido no número anterior, pode ser gasto designadamente em cheques de Implementação CVA1 (Testes FIV, Felv, PIF), ou em cheques de Implementação CVC, CVT e CVCED (Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários).
3. Quanto à verba referida na alínea a) do número 1, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
4. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.

5. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
6. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos médico-veterinários praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

1. O presente protocolo vigora para o ano de 2025, renovando-se anualmente, em janeiro de cada ano, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
2. As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
3. A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula terceira, será atribuída uma única vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
4. A verba constante da alínea b) do nº 1 da cláusula terceira, poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação e será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o Município verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4 do artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.

3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante o prazo de dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.
2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, -- de fevereiro de 2025

Pela Associação

Pelo Município de Braga,

A Presidente da Direção

O Vereador da Câmara
Municipal de Braga